

Encruzilhada do fracasso

QUANTAS crianças brasileiras estarão fora de qualquer escola ao se iniciar o ano letivo de 1992? Fala-se em cinco milhões; e mesmo esse número frustrante pode estar bem aquém da realidade: há três anos, o Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes (Sinca), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estimava o total em sete milhões, no grupo de cinco a 17 anos.

O problema não é a inexistência de oferta. Tem razão o ministro da Educação, José Goldemberg, ao apontar as 500 mil salas de aula existentes como suficientes para atender à demanda. E a abertura de novas vagas desviaria a atenção do problema crítico que são as vagas ocupadas em anos sucessivos por alunos que não completam o ano escolar e o retiram no ano seguinte; ou por alunos repetentes.

AO LONGO da década de 80 verificou-se um aumento das taxas de escolarização para todas as classes de renda; e mais acentuado, em termos relativos, nas classes mais baixas de renda: a taxa de escolarização subiu de 61,9% em 1981 para 72,7%, em 1989, na faixa de renda per capita de até um quarto do salário-mínimo. Então, por que números ainda tão altos de crianças fora da escola? Só há uma razão: ao aumento das taxas de escolarização não correspondeu um progresso na eficiência do sistema.

NAO é a oferta de vagas que condiciona fundamental-

mente a demanda por ensino de Primeiro Grau; são as perspectivas que o sistema oferece. Nossos índices de reprovação e repetência permaneceram os mesmos, por toda a década de 80. Não faz surpresa, assim, que se tenha constatado elevação nos índices de evasão escolar. E uma evasão que ludibriaria a técnica de pesquisa adotada pelo Ministério da Educação: o Sinca calcula que, para cada mil matrículas na primeira série do Primeiro Grau, há uma demanda acumulada de 360 alunos repetentes.

PARA a conclusão das oito séries do Primeiro Grau, o aluno brasileiro leva, em média, 9,8 anos de estudo, na área urbana; e 9,5, na rural. E o principal ponto de estrangulamento está na passagem da primeira para a segunda série: um quarto dos matriculados não consegue aprovação; e metade dos repetentes. Em consequência, temos uma evasão escolar média de 25,6% ao final da primeira série; taxa que chega a 43,9% no Ceará e a 33,9% no Piauí.

ESSES números arrastam o Brasil para o Quarto Mundo — e na retaguarda. Nos países africanos ao Sul do Saara, segundo dados da Unesco (1990), 79% dos admitidos à escola primária chegam à segunda série; e 72% à 3º; e nos países da Ásia Oriental, 87% e 83%, respectivamente.

NAO é por falta de vagas que cinco ou sete milhões de crianças brasileiras permanecerão este ano fora da escola.

Também não deverá ter um peso tão grande, quanto se lhe atribui ordinariamente, a pressão para a entrada precoce no mercado de trabalho, já que a evasão ou é mais precoce ainda, ou ocorre na seqüência de repetências. O problema não deve estar sequer em nossa notória penúria de recursos financeiros: afinal, a Coréia do Sul, quando ainda contava com um PNB de apenas 90 dólares per capita, já conseguia ter 90% de suas crianças com curso primário completo.

A DEMANDA social por educação depende muito mais da adequação da escola a sua clientela majoritária. E, sob esse aspecto, o juízo baixado por estudo recente do ensino público brasileiro, elaborado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, é extremamente severo: "uma vaga na escola representa, para a maioria das crianças, um atendimento programado para o fracasso".

SE há uma correlação evidente entre os níveis de desempenho escolar das crianças e os níveis de renda da família, é também porque a estratégia do ensino fundamental reforça essa desigualdade; é porque os padrões de avaliação, aparentemente isentos, porque iguais para todos, são, no fundo, altamente discriminadores; é, enfim, porque se desperdiça na protelação do gasto para se completar um ciclo — o Primeiro Grau — o que teria bem melhor aproveitamento se aplicado no prolongamento da jornada escolar.